

PODER

Mudanças na segurança pública

Governo prepara PEC para reestruturar corporações e dar mais poder ao Executivo

» RENATO SOUZA

Está sendo desenhada no governo federal uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende reformular de maneira relevante a estrutura e organização da segurança pública no país. Na prática, de acordo com fontes ouvidas pela reportagem no âmbito do Ministério da Justiça, a iniciativa pretende dar mais poder ao Executivo nessa área. O tema é um dos que levantam grande interesse da população, impactam diretamente na popularidade do presidente e de seus ministros e atingem todas as classes sociais, do país, especialmente as mais pobres.

No modelo que está sendo desenvolvido no ministério, a proposta é de que a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Federal ganhem mais influência e poder para atuar nas ruas e participação nas ações de segurança nos estados. A principal alteração se refere à PRF, que deixaria de ser uma corporação com atuação exclusivamente rodoviária e passaria a ser a Polícia Ostensiva Federal. Seria uma força com atribuições semelhantes às que tem a Polícia Militar, mas nesse caso, podendo atuar em todo o país — inclusive sendo convocada pelos governadores em situações de crise ou de operações especiais.

Com isso, o governo federal poderia reforçar ações em locais específicos, ampliar o efetivo, em razão do aumento de atribuições e deter mais poder para combater crimes comuns, como assaltos, crimes contra a vida e contra o patrimônio, que acabam respingando no governo federal quando aumentam, mesmo sendo de atribuição das forças policiais nos estados.

Leonardo Sant'Anna, especialista em segurança pública, destaca que o receio é de que a proposta da PEC só fique no papel. "É uma ideia muito boa, desde

Isaac Amorim/MJSP



Equipe do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, elaborou proposta que está sob análise na Casa Civil

que não seja o que chamamos de ideia de caneta. Onde eu assino um documento lotado de ideias periféricas, sem aprofundamento, sem pesquisa e que, no fim das contas, acaba não dando resultado. Teremos uma nova polícia federal já que é para atuar em âmbito nacional? Teremos uma nova força nacional? A que existe atualmente não recebe um investimento sério e uma operacionalização jurídica", destaca.

Polícias

O *Correio* apurou que a medida também mira em alterações nas polícias Militar e Civil. Uma das possibilidades é que o texto preveja o fim da militarização, ou seja, o fim do esquema de treinamento e organização militar nas corporações que realizam as rondas ostensivas. O texto foi editado no Ministério da Justiça, pelo ministro Ricardo Lewandowski e sua equipe. Mas, já está na Casa Civil para a realização de ajustes finais na proposta.

Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se reunir com o ministro Lewandowski para tratar do assunto. Lula será informado sobre os detalhes do texto, poderá fazer novas sugestões e, se aprovada pelo chefe do Executivo, a proposição será encaminhada ao Congresso Nacional. O tema levanta grande interesse dos deputados, e existe o receio de que sofra alterações significativas no Parlamento.

Porém, assim que enviar a proposta, o Executivo vai começar a trabalhar na articulação para impedir que penduricalhos sejam anexados na proposta e que ocorram fragmentação da base do texto. Dentro da PRF, a medida é vista com cautela. Mas, a possibilidade de que os poderes de atuação da corporação sejam ampliados causa entusiasmo. A categoria espera que seja aberto espaço para que os profissionais também possam contribuir com sugestões.

A ideia é institucionalizar a

PRF — afastando a polícia da imagem do bolsanarismo, como ficou conhecida durante as eleições de 2022 — principalmente após as operações que tentaram atrasar a chegada de eleitores do Nordeste até os locais de votação, em pleno segundo turno.

Em nota, a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF) informou que os representantes do setor ainda não tiveram acesso ao texto da PEC, e que consideram positivo qualquer ação no sentido de ampliar o efetivo e modernizar a corporação. Mas demonstram preocupação com eventuais retrocessos. "Consideramos positivos os avanços em modernização e ampliação de efetivo. No entanto, deixamos claro que atuaremos sempre para que não haja nenhum retrocesso nos direitos e condições dos servidores, ativos e aposentados, e, também, pensionistas", destacou o comunicado da FenaPRF.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Cachorros, o "cerco e aniquilamento" da cúpula do PCB

O novo livro de Marcelo Godoy, *Cachorros* (Alameda), já à venda na internet, remove velhos esqueletos dos porões do regime militar e sua infiltração nas organizações de esquerda, sobretudo a cooptação de um dirigente histórico do antigo PCB, Severino Theodoro de Mello. Remanescente da chamada Intentiona Comunista de 1935, no Recife, onde servia como cabo do Exército, "Pacato" mudou de lado na década de 1970, ou mesmo antes, porque já havia sido abordado pela CIA na década de 60, quando era responsável pela segurança do líder comunista Luís Carlos Prestes. Atuou por mais de 30 anos como agente da Aeronáutica infiltrado na Executiva Nacional e no secretariado do PCB, inclusive em Moscou. Em contato com a KGB, preparava a entrada e a saída clandestina de dirigentes comunistas do país, fornecendo-lhes passaportes falsos, passagens e dólares. Quem se encontrava com eles era preso.

Mello contribuiu para sequestros, mortes, prisões e desaparecimentos que ajudaram a neutralizar o PCB nos anos 1970. Com a publicação do livro *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi*, relatos inéditos de policiais e militares que atuaram nos centros de torturas e assassinatos do regime, ganhador dos prêmios Jabuti (não ficção) e melhor Ensaio Social da Biblioteca Nacional, questionamentos de dirigentes oriundos do antigo PCB sobre esses depoimentos, que classificam os infiltrados como "cachorros", desafiaram Godoy a aprofundar suas investigações, sobretudo sobre o veterano dirigentes do PCB.

O resultado é seu novo livro, lançado 10 anos depois, com revelações surpreendentes, entre as quais a morte de Theodoro Mello, aos 105 anos, no Recife, tão clandestinamente como fora a sua trajetória de dirigente do antigo Partidão. Godoy somente soube do paradeiro de "Vinicius" ao descobrir que Memmo deixara de receber os soldos de capitão do Exército brasileiro, por falecimento. A infiltração no PCB era estratégica para os militares, porque o Partidão conseguiu se rearticulação durante a abertura e influenciar toda a oposição democrática, até a eleição de Tancredo Neves, apesar dos duros golpes que sofreu após a vitória do MDB de 1974.

Via chilena

A organização do aparelho de repressão do regime militar atingiu novo patamar após o golpe militar do general Augusto Pinochet, no Chile, em 1973. Militares brasileiros que auxiliaram os colegas chilenos a interrogar brasileiros no Estádio Nacional foram identificados e entrevistados por Godoy. Doutor Píriro, o capitão Antônio Pinto, da Aeronáutica, conta no livro como foi a morte de Stuart Angel Jones e como interrogou outros integrantes do MR-8. Foi um informante no Chile que deu informações para o sequestro e desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva.

Outro infiltrado ajudou os militares na caçada ao ex-campeão do Exército Carlos Lamarca, morto no interior da Bahia. Hoje, é um banqueiro de bicho no Norte do país, ligado ao Capitão Guimarães, do Rio. O coronel Romeu também conta como cooptou o dirigente do PCDoB Manoel Jover Telles para entregar a reunião do Comitê Central do PCDoB onde seria feito um balanço da Guerrilha do Araguaia, na Lapa, em São Paulo, em 1976. O episódio terminou com as mortes de três dirigentes do partido. O coronel entregou a gravação da conversa dele com Jover Telles. Romeu era subcomandante do DOI do Rio de Janeiro.

A Cia também se infiltrou no PCB, no começo dos anos 1960. O "Agente Carlos" acompanhara Prestes em viagem para Moscou e Pequim e passou informações detalhadas sobre as conversas de Prestes com Mao Tse Dong e com Nikita Krushev. Adalto Alves dos Santos pode estar ligado à queda das famosas cadernetas de Luís Carlos Prestes, logo depois do golpe de 1964. Foi preso pelo Cenimar (Marinha) durante a Operação Master e revelou para quem trabalhava.

Um dos seus relatórios dizia que o partido mantinha contato com cerca de 80 bispos católicos brasileiros, 10 dos quais classificados como comunistas, entre os quais os cardeais Eugênio Salles e Evaristo Arns, e dois mil padres. Em 1973, o documento foi encaminhado pelo Itamaraty ao Núncio Apostólico no Brasil. Responsável pelos contatos com a Igreja, o advogado e jornalista potiguar Luís Ignácio Maranhão Filho, membro do Comitê Central do PCB, foi sequestrado no Rio de Janeiro e assassinado pelo DOI-Codi de São Paulo.

Áudios de reuniões do Comitê Central do PCB em Moscou e Praga, que foram gravadas, mostram que a suspeita da existência de um informante mobilizou a cúpula comunista com discussões envolvendo Prestes e outros dirigentes do partido, sem que eles soubessem que o traidor estava presente participava dos debates. Severino Theodoro de Mello fora enviado pelos militares para Moscou a fim de continuar seu trabalho como espião. Depoimentos inéditos do próprio Mello ao repórter Marcelo Godoy, todos gravados, contam a razão do seu acordo com os militares, após ser preso. Solto, era vigiado em seus encontros, causando muitas quedas em SP, RJ, GO, BA e RS, entre 1974 a 1976. Mello continuou trabalhando para o Cisa até 1995. O PCB já havia mudado de nome e sigla, passando a se chamar Partido Popular Socialista (PPS), mas continuou espionado, sem que o presidente Fernando Henrique Cardoso soubesse.

JUSTIÇA

Motim em presídio paulista

Detentos da Penitenciária I de Franco da Rocha, na região metropolitana de São Paulo, fizeram um motim no fim da manhã de ontem, segundo informações da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). Os presos teriam inclusive começado um incêndio dentro do presídio.

Em publicação em seu site oficial, o Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo/Policiais Penais (Sindasp-SP) afirmou que, segundo informações preliminares, alguns funcionários e familiares de presos teriam sido feitos reféns, mas a SAP nega.

"O Grupo de Intervenção Rápida, formado por agentes

penitenciários, está atuando no local. Não há reféns", afirmou a pasta, em nota.

A Secretária da Administração Penitenciária informou ainda que equipes do Corpo de Bombeiros também atuam para apagar o fogo provocado pelos presos. A Polícia Militar, além disso, está na área externa para prestar apoio no atendimento à ocorrência.

A Penitenciária I de Franco da Rocha tem 1.398 detentos, segundo balanço atualizado, no site da SAP, na sexta-feira. Inaugurada em 1998, a unidade fica na Rodovia Edgar Máximo Zambotto e tem mais de 6 mil metros quadrados de área construída.

Reprodução/Redes sociais



Presos fazem rebelião em Penitenciária de Franco da Rocha (SP)

Michelle aciona STF contra Gleisi

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira, contra a presidente do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR). Michelle pede explicações sobre o teor de uma publicação no X (antigo Twitter) feita na última quarta-feira (10), na qual a petista relacionou a ex-primeira-dama e a família Bolsonaro aos casos das joias e das rachadinhas e a um golpe para se manter no poder.

Gleisi comentava sobre a notícia de que Michelle pode concorrer ao Senado em 2026. Segundo uma pesquisa divulgada no início do mês, a ex-primeira-dama

estaria na frente em uma eventual disputa no Distrito Federal. A reportagem tentou contato com as assessorias de Michelle e Gleisi, mas não obteve resposta.

"Mais um negócio de família! Os Bolsonaro vão se lançar em peso para o Senado: Michelle, Eduardo, Flavio e até o Carlos", escreveu a presidente do PT. "Depois de roubar joias para pagar suas contas, fazer rachadinhas pra comprar imóveis, tentar golpe para se manterem no poder, vão atacar a política com estratégia familiar. Para eles o que importa é isso, se garantirem. Não é sobre Deus, Pátria e Família é só a própria, com muito dinheiro e poder".

A Polícia Federal indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por supostamente ter montado uma associação criminoso para desviar joias e presentes de alto valor destinados ao chefe do Executivo.

O valor dos desvios é calculado em R\$ 6,8 milhões. Entre as joias investigadas, está um conjunto presenteado a Michelle pelo regime da Arábia Saudita. A ex-primeira-dama não foi indiciada e disse "não saber de nada" sobre o suposto esquema. A defesa do ex-presidente nega irregularidades.

Em relação à prática de "rachadinha", no ano passado foram revelados detalhes de uma

investigação da PF sobre o uso do cartão de crédito de uma assessora da senadora Damara Alves (Republicanos-DF). Rosimery Cardoso Cordeiro teria emprestado por 10 anos seu cartão de crédito a Michelle. As duas negaram irregularidades na prática.

Em 2021, o STF decidiu arquivar um pedido de investigação contra Michelle sobre os R\$ 89 mil em cheques depositados pelo ex-assessor parlamentar Fabrício Queiroz na conta dela. Queiroz é o pivô da investigação sobre a suspeita de prática de "rachadinha" no gabinete do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) quando ele integrava a Assembleia Legislativa do Rio.